



Recebido em 05/12/2024

Aceito em 22/04/2025

DOI: 10.26512/emtempos.v24i46.56369

## ARTIGO

# Os princípios educativos feministas impressos e expressos no jornal “Nós Mulheres” nos anos de 1970

The feminist educational principles printed and expressed in the newspaper “Nós Mulheres” in the 1970’s

***Andreza da Silva Vieira***

Doutora em História pela Universidade Estadual do Maringá

<https://orcid.org/0000-0001-8878-9402>

***Gislaine Aparecida Valadares de Godoy***

Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Maringá

<https://orcid.org/0000-0003-2007-7024>

**RESUMO:** O artigo analisa o perfil das mulheres que produziram o periódico “Nós Mulheres”, publicado no Brasil na década de 1970, e os princípios educativos femininos expressos em suas edições iniciais. O objetivo é destacar como essas mulheres, por meio do jornal, atuaram como agentes formadoras de pensamento e consciência coletiva, promovendo um processo educativo que reforçava o sentimento de pertencimento à agenda da humanidade. O “Nós Mulheres” posicionava-se como um veículo de oposição à ordem vigente, articulando as lutas femininas e contribuindo para a construção da identidade feminina brasileira. A análise baseia-se nos pressupostos da Escola dos Annales, considerando os diálogos entre civilização, cultura e sociedade da época. Como resultado, destacamos o papel dessas brasileiras na produção de narrativas que inspiraram outras mulheres a trilharem seus próprios caminhos e a participarem ativamente da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres. Imprensa Feminina. Princípios educativos.

**ABSTRACT:** This article analyzes the profile of the women who produced the newspaper “Nós Mulheres”, published in Brazil in the 1970s, and the feminist educational principles expressed in its early editions. The objective is to highlight how these women, through the newspaper, acted as formative agents of thought and collective consciousness, promoting an educational process that reinforced a sense of belonging to humanity's agenda. “Nós Mulheres” positioned itself as a vehicle of opposition to the prevailing order, articulating feminist struggles and contributing

to the construction of Brazilian female identity. The analysis is based on the assumptions of the Annales School, considering the dialogues between civilization, culture, and society of the time. As a result, we highlight the role of these Brazilian women in producing narratives that inspired others to follow their own paths and actively participate in society.

**KEYWORDS:** Women. Female Press. Educational principles.

## Introdução

O presente texto é fruto de uma reflexão teórico-metodológica realizada acerca das publicações femininas do jornal denominado “Nós Mulheres” que circulou no Brasil na década de 1970. Esse periódico surgiu em São Paulo no ano de 1976, sendo um jornal de oposição a ordem vigente (ditadura militar), disposto a veicular as lutas das mulheres, tendo como responsável por suas publicações a Associação de Mulheres; formada por um grupo de mulheres universitárias e antigas militantes do movimento estudantil. Tiveram 8 edições entre os anos de 1976 e 1978. O jornal era produzido artesanalmente e, como muitos outros jornais de mídia alternativa, não tinha uma periodicidade em suas publicações, pois enfrentava problemas financeiros, provavelmente, por viverem na clandestinidade devido a repressão sofrida por parte do governo militar.

O estudo analisou os dois primeiros volumes desse periódico, buscando compreender e divulgar o desenvolvimento da consciência feminina e sua contribuição para a autonomia das mulheres. Essas publicações não apenas ofereceram um espaço de expressão e reivindicação, mas também ajudaram a moldar um novo pensamento feminino. Ao longo desse processo, as mulheres passaram de compreender sua condição a se reconhecerem como sujeitas ativas de sua própria história, inserindo-se na agenda da sociedade brasileira. Assim, apresentamos o periódico destacando suas temáticas e seu papel como agente formativo na construção desse novo olhar feminino.

Reconhecemos que os escritos presentes nesse periódico faziam parte de um tímido movimento feminista<sup>1</sup> que crescia lentamente entre as mulheres, mas que surgia como um meio de movimentar processos formativos que buscavam, por sua vez, acordar consciências femininas para que pudessem lutar pela garantia de seus direitos de oportunidades iguais, de ocupação de espaço em uma sociedade

<sup>1</sup> Segundo Sarti (2004), embora influenciado pelas experiências europeias e norte-americanas, o feminismo brasileiro dos anos 1970 foi marcado pela contestação à ditadura militar instaurada em 1964. Parte dos grupos feministas atuava clandestinamente, articulada a organizações de influência marxista. Portanto, essa trajetória esteve ligada ao contexto político da época, diferenciando gerações de mulheres e transformando formas de pensar e viver. O movimento impactou as instituições sociais e políticas, ampliando a atuação pública feminina.

reprimida pelo autoritarismo militar. Era um momento difícil para reivindicar, mas ao mesmo tempo, oportuno, pois poderia ganhar forças junto aos outros movimentos sociais que viriam pela reabertura política.

Portanto, nossa análise se concentra nas contribuições dos movimentos sociais, especialmente dos movimentos feministas, para o desenvolvimento das sociedades, destacando seu papel na inserção das mulheres em novos espaços sociais. O objetivo deste artigo é examinar como o movimento feminista da década de 1970 alcançou alguns segmentos de mulheres brasileiras, especialmente aquelas letradas e majoritariamente situadas em São Paulo, por meio do jornal “Nós Mulheres”. Nesse contexto, o periódico se configurou como um agente educativo e formativo na construção de um novo pensamento feminino, mais consciente de seus valores e capacidades. Buscamos compreender de que forma esse movimento e o processo formativo que ele promoveu impactaram a vida social da época, em especial a dessas mulheres, incentivando-as a repensar sua própria existência na sociedade.

Para embasar nossas reflexões, realizaremos uma contextualização do perfil feminino na história, abordando a Europa dos séculos XVIII e XIX. Essa análise se faz necessária porque a imprensa feminina, especialmente o jornal “Nós Mulheres”, foi organizada por mulheres influenciadas pelos movimentos feministas europeus, em parte devido às experiências acadêmicas que algumas delas tiveram no exterior. Compreendemos que a imprensa feminista desempenhou um papel importante nesse processo ao longo do século XIX, proporcionando às mulheres um novo olhar sobre si mesmas por meio de princípios formativos disseminados nas matérias publicadas.

Tomamos o jornal “Nós Mulheres” para análise, porque, ao nosso ver, ele representa um importante artefato comprobatório da mudança no pensar das mulheres, e da força dos movimentos sociais femininos em prol da garantia dos direitos das mulheres. Pois, a imprensa tanto revela as concepções sociais de um dado momento social, como também expõe as mazelas sociais e os movimentos que buscam superá-las. Portanto, constitui-se em um excelente instrumento de estudo e uma ótima fonte para análise para compreender aquele universo, bem como as condições das mulheres da época.

A partir de suas publicações, conhecemos uma nova consciência entre as mulheres relativamente autônomas, em construção. O espaço ocupado por elas até então, restringia-se aos seus lares ou, para aquelas que estavam inseridas no mercado de trabalho, à sua dupla jornada. O mercado de trabalho ocupado

por elas não era o mesmo ocupado pelos homens; as condições trabalhistas se diferiam, e muito. Nessa configuração social, os afazeres da casa (em sua maioria), direcionava-se apenas às mulheres enquanto o conhecimento era destinado aos homens.

O contexto de análise deste estudo é o período da ditadura militar no Brasil. Segundo Fausto (2004), essa época foi marcada por intensa coação, medo e violência. Os direitos foram cerceados pelo regime militar que buscava impedir a implementação de um governo socialista e garantir a manutenção do capitalismo como modelo econômico. Isso, entretanto, não impedi que os prismas socialistas se espalhassem pelos ideais de diferentes movimentos brasileiros. É nesse período de conflitos e movimentos sociais tímidos, que o jornal “Nós Mulheres” surge como um apelo ao desenvolvimento da consciência feminina e, ainda, como um alerta a toda a população, independente do sexo, quanto ao autoritarismo; visto que as publicações destinadas ao público feminino, em sua grande parte, tratam de assuntos voltados ao esse universo doméstico, ao que a sociedade patriarcal esperava delas enquanto administradoras dos lares, mães e esposas.

As publicações voltadas às mulheres eram, em sua maioria, produzidas ou organizadas por homens, que não as reconhecia como sujeitos capazes de tomar suas próprias decisões. Pelo contrário, a produção editorial reforçava a ideia de que o gênero feminino precisava da tutela masculina de forma constante. Além dessa imposição, as mulheres não tinham a opção de recusar essa dependência. O próprio conceito de História contribuiu para essa invisibilização arbitrária, uma vez que, como destaca Perrot (2009, p. 112):

“o esquecimento de que as mulheres têm sido objeto não é uma simples perda de memória accidental e contingente, mas o resultado de uma exclusão consecutiva à própria definição de História, gesto público dos poderes, dos eventos e das guerras.”

O surgimento de conteúdos ligados aos movimentos sociais de cunho feministas propagou a possibilidade de se manifestar novas matérias e ideias diferentes dessas que veiculavam nas produções masculinas voltadas ao público feminino. Timidamente abriu-se um espaço pelas próprias mulheres a sua participação na sociedade. Os periódicos, como o jornal “Nós Mulheres”, entre outros tipos de publicações contribuíram significativamente, pois apresentaram possibilidades e alternativas para o pensar das mulheres sobre elas próprias e sobre suas potencialidades.

Diante dos horizontes que os periódicos abriram para as mulheres e para a sociedade, torna-se evidente a importância da escrita na disseminação de conceitos.

A escrita consolidou-se como um dos principais instrumentos de formação do pensamento humano. Nos séculos XV a XVII, o ensino era predominantemente eclesiástico, voltado para religiosos. No século XVIII, a burguesia se apropriou do saber e passou a controlar o acesso ao conhecimento, restringindo a leitura e a escrita a determinados grupos sociais e excluindo aqueles que não estavam inseridos nessa estrutura (Ginzburg, 1989). Já no século XIX, a popularização da científicidade ampliou o acesso à educação, mas ainda limitada a quem possuía recursos financeiros para se dedicar aos estudos. A definição restrita de conhecimento, baseada em informações contidas em livros escritos por autores homens, fortaleceu a exclusão de saberes oriundos da vivência cotidiana. Esse controle privilegiava os homens das classes mais abastadas, enquanto as mulheres, em maior ou menor grau, continuavam à margem do acesso ao conhecimento legitimado por essa elite.

Apesar do compartilhamento de espaços sociais entre homens e mulheres nos séculos XVIII e XIX, a equidade e o espaço de fala foram negados ao gênero feminino. As mulheres trabalhavam, sustentavam lares e até escreviam, mas, muitas vezes, de forma anônima e limitada ao que lhes era permitido. Mesmo atuandoativamente na construção social, sua participação ainda é latente em diversas áreas, como a política, a economia e a religião, reflexo de séculos de controle e restrição. No século XX, a sociedade naturalizou essa disparidade, categorizando funções femininas como ‘naturais’ ou fruto da ‘vontade de Deus’. Na historiografia, eram representadas como personagens secundárias, heroínas ou santas, reforçando sua exclusão (Perrot, 2009). A luta por visibilidade e equidade, no entanto, tem sido resultado da própria iniciativa das mulheres, que buscaram ocupar espaços em uma sociedade que historicamente lhes negou esse direito.

Buscando contribuir para a divulgação e o entendimento de que o acesso à educação, associado aos movimentos feministas e sociais das mulheres, desempenha um papel singular, realizamos a leitura do jornal “Nós Mulheres”. Nosso objetivo é evidenciar que, apesar dos inúmeros empecilhos impostos pela sociedade, seja na educação, seja no acesso e no tratamento dispensado às mulheres, elas continuaram a produzir conteúdo. O jornal é fruto de um grupo de mulheres que, com acesso à informação, reflexões e conteúdos formativos que buscaram promover essas mesmas oportunidades para outras mulheres. Além disso, incentivava o despertar da consciência feminina, estimulando-as a lutar por espaços que, cotidianamente, eram-lhes negados.

Ao procurar compreender as razões da necessidade da publicação de um jornal feito por mulheres<sup>2</sup> e para mulheres<sup>3</sup>, não se pode ignorar uma série de fatores, como: o momento no qual se deu a publicação, o público-alvo do periódico, analisar as próprias autoras e em qual universo estavam inseridas. Cientes disso, também é necessário observar quem escreveu e a justificativa, considerando-a num contexto social como indivíduo imerso numa realidade específica.

As feministas militantes do Brasil Mulher<sup>4</sup> e do Nós Mulheres eram majoritariamente oriundas da esquerda, muitas das quais com passagem pela experiência da militância clandestina, da prisão, da tortura e/ou do exílio. Não foram, entretanto, diferenças profundas de concepção os motivos que as levaram a editar dois jornais e não apenas um, em uma mesma conjuntura, com tão poucos recursos financeiros e humanos (Leite, 2003, p. 235).

De acordo com Leite (2003), as militantes que retornaram ao Brasil em 1976, antes mesmo da Anistia, tinham o propósito de criar um jornal feminista e de oposição, voltado para dar visibilidade às lutas sociais das mulheres. Para garantir autonomia e preservar a diversidade ideológica presente nas organizações de esquerda, optaram por fundar seu próprio periódico, o “Nós Mulheres”. O objetivo do jornal era alcançar não apenas as feministas militantes, mas também as mulheres operárias, funcionando como um meio de disseminação de ideias e de acesso à informação.

Ainda segundo Leite (2003), esses jornais, geralmente em formato tabloide e com tiragem irregular, tinham circulação limitada. Embora estivessem disponíveis em bancas, sua distribuição mais significativa ocorria dentro dos círculos militantes. Com uma linha editorial de esquerda e oposição ao regime, esses periódicos eram produzidos de forma artesanal e vendidos principalmente por militantes em eventos ou nas sedes de organizações populares.

Essas conjunturas podem fornecer determinado ponto de vista, que não passa a ser único. A narrativa passa a ser a junção, comparação e relação de diversos tipos de interpretações humanas acerca de determinadas temáticas.

A História das Mulheres ou ‘história sexuada’ é datada no Brasil no início dos anos 1970. Inicialmente denominada como ‘história do feminino’, fornecia visibilidade às mulheres a partir de seus papéis considerados

<sup>2</sup> Mulheres que compunham a edição, as relatoras, repórteres, ilustradoras, conforme denominadas nas edições.

<sup>3</sup> Operárias, trabalhadoras de toda ordem da sociedade da época.

<sup>4</sup> O jornal “Nós Mulheres” foi produzido no mesmo período que o “Brasil Mulher”. Apesar das diferenças em suas abordagens, os grupos de mulheres se comunicavam e trocavam experiências. No entanto, segundo Leite (2003), não houve uma unificação entre eles, pois as integrantes do “Brasil Mulher” temiam as feministas recém-chegadas, que traziam diversas críticas à linha editorial adotada.

tradicionalis: maternidade, prostituição, vida cotidiana. Posteriormente passou-se a problematizar as noções de representação de ‘público/privado’, de poderes e violência de gênero (Perrot, 2009). Não é possível, portanto, desvincular o periódico do momento histórico no qual foi produzido e a necessidade de compreensão da fonte. Quando se inclui na história o processo de criação do jornal é para que compreendamos a importância do mesmo como parte do processo de disseminação de ideias feministas no Brasil. Nesse texto, aproveitamos para propor a importância das mulheres neste ideal e seus alcances.

Para identificar esse novo universo, apoiamo-nos, além dos fundamentos da Escola dos Annales, no conceito de história como parte do arsenal de questões que contribuíram para a invisibilidade feminina arbitrária. Utilizamos também os escritos de Tania Regina de Luca (2005) sobre a análise da imprensa, relacionados à perspectiva de Jacques Le Goff (1996). No Brasil, a história dos periódicos é datada da metade do século XX em diante, pois se considerava como viável apenas aquilo que fosse comprovado documentalmente, alinhado ao ideal positivista. Como os jornais não atendiam a esses critérios e traziam diversas opiniões individuais, não eram vistos como fontes confiáveis (Luca, 2005). Apesar dessa desconfiança, a Escola dos Annales já havia criticado essa visão, embora isso não tenha levado ao reconhecimento imediato da importância da imprensa no Brasil (Luca, 2005).

A história não deve abarcar apenas a geopolítica, o comércio, as artes e a ciência (Le Goff, 1996). Há outras questões pertinentes para a pesquisa acadêmica que escapam destas temáticas: “Temos, porém, de viver e pensar com este duplo ou triplo sentido de ‘história’. Lutar contra as confusões grosseiras e mistificadoras entre os diferentes significados, não confundir ciência histórica e filosofia da história” (Le Goff, 1996, p. 19). O documento não se torna importante sozinho já que depende de diversas variáveis. Isso significa que independentemente da temática, estudar história se torna um dos meios de interpretação de uma realidade. Felizmente, a ampliação do conceito historiográfico foi tomando outros formatos durante o século XX.

A ideia de documento histórico ao longo do século XX se ampliou, estimulando o surgimento de novos objetos históricos e cumpriu o desejo de Marc Bloch que anelava dar o estatuto de ‘documento histórico’ a tudo o que contivesse a possibilidade de vislumbrar a ação humana (Karnal; Tatsch, 2009, p. 13).

O alargamento do campo historiográfico juntamente com a preocupação dos pesquisadores forneceu o que conhecemos como renovação teórica. Portanto,

o estudo não deve considerar os fatos como comprovações históricas: se torna necessário cruzar informações e discernir quais são as pertinentes (Prost, 2000). Foi na década de 1970 que a história da imprensa e dos jornais se tornaram objeto da pesquisa histórica no Brasil (Luca, 2005). A história do movimento operário no Brasil, por exemplo, foi analisada por meio da imprensa não-oficial.

A História do movimento operário, que desfrutou de grande prestígio nos círculos acadêmicos brasileiros especialmente entre 1970 e 1990, encontrou na imprensa uma de suas fontes privilegiadas. Agora não se tratava mais de lidar com jornais de cunho empresarial, capazes de influenciar a vida política, mas de manejar folhas sem periodicidade ou número de páginas definidas, feitas não por profissionais, mas por militantes abnegados, por vezes redigidas em língua estrangeira, sobretudo italiano e espanhol, impressas em pequenas oficinas, no formato permitido pelo papel e máquinas disponíveis [...] (Luca, 2005, p. 119).

O jornal “Nós Mulheres”, objeto desta análise, se insere no mesmo contexto e período histórico. Não foi publicado pelas mídias oficiais brasileiras e, sem a autorização do governo para sua impressão e circulação, foi distribuído de maneira clandestina. Essa clandestinidade permitiu certa liberdade editorial, já que as editoras não temiam expressar críticas à ditadura militar. Além disso, o jornal surgiu no período conhecido como pós-luta armada (1978-1980), quando se iniciava o processo de liberalização do regime militar, com uma redução da censura à imprensa e uma crescente crítica ao modelo tradicional de fazer política. No contexto da história política, desconsiderar a imprensa seria um erro, pois ela registra diariamente diversos aspectos do cotidiano político de determinados grupos (Luca, 2005). Nesse sentido, “Nós Mulheres” aborda aspectos da vida feminina na década de 1970, destacando a visível busca pela independência individual das mulheres.

O texto está organizado da seguinte forma: inicialmente, abordamos a situação das mulheres na sociedade europeia dos séculos XVIII e XIX, já que esse contexto influenciou a América Latina. Isso é relevante, pois muitas das mulheres que organizaram o jornal “Nós Mulheres” se inspiraram nos modelos de luta feminista europeus, baseados nas vivências dos séculos anteriores. Em seguida, fazemos uma análise do surgimento dos movimentos de conscientização das mulheres sobre suas capacidades e potencialidades, que também foram influenciados por ideias vindas de fora. Nesse ponto, discutimos os conceitos de movimento feminista e feminismo, fundamentais para entender os movimentos que surgiram no século XX, tanto na Europa quanto no Brasil.

Posteriormente, apresentamos o cenário em que os movimentos feministas brasileiros começaram a se desenvolver, destacando suas causas, impacto

social e as mudanças no pensamento feminino. Aqui, também refletimos sobre o que entendemos por emancipação feminina e princípios educativos. Por fim, detalhamos o periódico “Nós Mulheres”, caracterizando suas publicações como conteúdo feminista e formativo. Em nossa análise, destacamos as temáticas abordadas pelo jornal, sinalizando sua função como agente formativo na construção de um novo pensar feminino.

### **As condições de vida feminina na Europa dos séculos XVIII e XIX**

Utilizando-se de diversas justificativas os homens controlaram as mulheres autoritariamente durante séculos. Tomaram como base tanto o aspecto religioso, os preceitos cristãos (religião ainda predominante na Europa), como outros segmentos que fizeram parte da sociedade europeia dos séculos XVIII e XIX oriundas de um tempo remoto, mas que exerceram grande influência sobre a leitura que os homens faziam da sociedade de sua época e das mulheres imersas nela (Vaqueiras, 2011). Apesar de vivermos numa sociedade distinta daquela mencionada, ainda sentimos, como indivíduo e como estudiosas, constrangimentos e situações degradantes que não passaríamos caso estivéssemos nascidos descendentes de outra estrutura.

Diversas sociedades contavam o significado do saber como contrário à feminilidade (Perrot, 2012). O conhecimento era uma relação entre homem e Deus, desse modo, a tradição cristã justifica bem esta separação: Eva – a primeira mulher – cometeu pecado ao comer a fruta proibida por querer saber mais daquilo que haviam lhe dito e foi punida por isto. Na cristandade, a imagem negativa das mulheres surge já nos escritos e ao longo do domínio da Igreja nas sociedades essa ideia foi propagada.

De forma geral, o contato das mulheres com a instrução, com o conhecimento, reduziu-se aos conhecimentos populares transmitidos de geração para geração. Àquelas que ingressavam na vida religiosa – conventos e recolhimentos – tinham acesso à certa instrução científica. Devido aos costumes sociais medievos, a vida conventual foi se tornando uma alternativa para as famílias. Como resultado desta inserção, as religiosas visualizaram na vida conventual possibilidades de ‘independência’ e de ‘liberdade’ das determinações sociais (em especial no século XVIII).

Os conventos forneciam acesso à instrução, à leitura de obras da literatura, da filosofia e das artes e, de certa forma, o espaço estava longe da tutela masculina também. Segundo relatos de alguns escritores como Godoy (2018), nos conventos

as mulheres gozavam de relativa autonomia. Viviam as regras da casa e podiam manter romances com homens que tinham acesso ao convento, inclusive, sem que precisassem se casar para isso.

Naquele momento, a vida conventual representou não somente uma alternativa de vida para as mulheres, mas também uma importante ferramenta de libertação do seu pensar (Godoy, 2018). Por meio da instrução que receberam, as mulheres se compreenderam como indivíduos, entendendo suas capacidades cognitivas e que poderiam ser protagonistas de seus destinos ao realizarem pequenas escolhas, que naquele momento representavam grandes mudanças. Aos poucos se iniciou um movimento de procura pela vida religiosa a qual se tornou alvo de muitas mulheres; demonstrando assim, a percepção feminina e seu descontentamento com as determinações sociais impostas.

Apesar do ambiente abrigar mulheres que não tiveram a oportunidade de fazer a escolha de querer estarem ali, algumas viram no espaço local de possibilidades. D. Leonor de Almeida Portugal Lorena de Lencastre – a marquesa de Alorna – foi um desses casos, que foi punida após uma perseguição política desencadeada pelo marquês de Pombal em sua família e encerrada num convento no século XVIII (Godoy, 2018).

Ao terem contato com a educação conventual, mulheres como a marquesa, modificaram sua percepção sobre si mesmas, desenvolveram elementos que possibilitaram a leitura da sociedade por outro viés, e identificaram que as restrições sociais sofridas faziam parte de algum tipo de controle social. Entenderam que o controle moral não se relacionava às suas capacidades cognitivas. Portanto, D. Leonor de Almeida foi um exemplo dessa percepção, tanto que ela própria tratou de contribuir com outras mulheres, ensinando-as em sua própria casa depois que retornou a sociedade. Chamou-as de meninas pobres e ensinavam-nas novas possibilidades.

Em consonância com as ideias de Godoy (2018), entendemos que a educação conventual proporcionou um início tímido da emancipação do pensamento feminino<sup>5</sup>, mesmo nunca sendo este o objetivo da instituição. No cenário conventual conhecemos algumas possíveis precursoras e inspiradoras das

<sup>5</sup> Godoy (2018) destaca que a tomada de consciência das mulheres enquanto um ‘grupo’ ou ‘coletivo humano’ envolve a capacidade de realizar uma reflexão sobre si mesmas enquanto indivíduos, sua condição social, o papel que desempenham na sociedade, sua presença ou ausência no campo social, assim como sua voz ou silêncio dentro da sociedade em que estão inseridas (Godoy, 2018, p. 13).

mulheres que futuramente desenvolveram os movimentos feministas ao longo do século XX.

Ao trabalhar com a história da vida privada e o surgimento das cidades durante o século XIX, Alain Corbin (1991) demonstra que mudanças significativas ocorreram com a estruturação da vida urbana. Em razão do distanciamento social proporcionado pelo ambiente urbano, indivíduos passaram a ter autonomia para tomar decisões próprias. Anteriormente, nas pequenas vilas, era possível a tutela incisiva do Estado e da Igreja no cotidiano das pessoas. A libertação proveniente do espaço urbano, porém, atingiu apenas os homens (Corbin, 1991). Às mulheres, destinou-se a vida nos espaços privados com um confinamento ainda maior; impôs-se uma mudança no comportamento, restringiu-se o acesso da mulher letrada à política e até as vestimentas passaram a refletir esse controle: o número de camadas de tecido aumentou, associando a feminilidade à noção de pudor. Corbin (1991) evidencia esse processo ao retratar a forma como as jovens eram alvo de intensa vigilância e moralização:

Detenhamo-nos um instante no caso da ‘moça crescida’, púbere, que focaliza então os cuidados dos moralistas. Consagram-se especialmente a ela grossos manuais de fisiologia e higiene. Eles desenham a imagem, fantasmagórica, bem entendido, de uma criança amedrontada ou surpreendida pela radical metamorfose que se opera em si mesma e que o surgimento das regras sanciona (Corbin, 1991, p. 452-453).

A citação revela o quanto as transformações corporais femininas foram condenadas, carregando um teor de responsabilidade social sobre as mulheres por processos naturais. Esse peso simbólico gerou uma tensão entre o desejo de expressar sua feminilidade e o anseio por se libertar das amarras sociais impostas. De forma geral, o ato de permanecer em casa, cuidando da família, era visto como conduta esperada. Perrot (2012) reforça essa perspectiva ao apontar que essas atividades foram classificadas como virtudes femininas, que deveriam ser continuamente alimentadas com obrigações adicionais ao longo da vida. Ela observa: “O direito doméstico assegura o triunfo da razão; ele enraíza e disciplina a mulher, abolindo toda vontade de fuga. Pois, a mulher é uma rebelde em potencial, uma chama dançante, que é preciso capturar, impedir de escapar” (Perrot, 2012, p. 135). Essa pressão social, somada ao sentimento de dependência familiar e à ausência de liberdade financeira, ajuda a compreender por que os movimentos feministas demoraram a se consolidar de forma mais ampla ao longo do século XX.

Salientamos que, ao desenvolvemos considerações gerais referentes aos possíveis elementos que proporcionaram uma consciência de lutas das mulheres,

não pretendemos qualificar como único o percurso dos movimentos feministas. A trajetória de luta não é finita e, por isso, essa análise se enquadra nada mais do que a pequenas pinceladas de tinta num grande quadro que revela a história das mulheres, suas lutas e conquistas.

Com essa contextualização histórica buscamos apontar alguns elementos que permita o leitor se situar no tempo e no espaço a fim de conhecer um pouco da história de luta das mulheres, em especial mulheres do círculo de altas classes sociais. Essa localização no espaço-temporal nos mostra que a busca pela emancipação se iniciou nos círculos que dispunham de maior acesso ao conhecimento científico, demonstrando que o acesso à educação muda pensamentos – como os conventos – que, por sua vez, abrigava mulheres de famílias com certo prestígio social. Mulheres de classes mais baixas da população também iniciaram movimento emancipacionista anos depois, com formato diferenciado. Ainda hoje essa separação existe e se analisa como um dos motivos para a fragmentação do movimento feminista na sociedade.

No século XX, os papéis femininos foram associados à família e, quando se tentou romper com este cenário, as mulheres foram marginalizadas (Mota, 2012). Essa marginalização também ocorreu com quem não respondia às demandas de feminilidade exigidas – como se casar, por exemplo –, pois ser solteira era forma de anulação social. Ao final da vida adulta as mulheres perdiam o pouco ‘valor’ que possuíam na cadeia patriarcal, sendo vista como ativas apenas ao exercerem o papel de boa avó ao cuidar da família e dos netos (Mota, 2012).

Para Perrot (2012), vários pensadores foram adeptos à ideia de que o saber não deveria ser direcionado ao gênero feminino, pois era preciso educar as meninas e não exatamente instruí-las. Essa educação significava ensinar as meninas serem agradáveis, úteis aos homens em seus papéis como dona de casa, de esposa e mãe. A organização social herdada de outros momentos históricos fez com que a sociedade contemporânea reproduzisse as relações sociais de outros tempos, conservando a antiga divisão de papéis definidos pelo sexo das pessoas à serviço de um projeto social (Godoy, 2018).

Não obstante, todas essas transformações decorreram da formação dos núcleos urbanos e, consequentemente, do fortalecimento do individualismo, que possibilitou à mulher conquistar novos espaços. Foi no contexto urbano que se tornou possível a libertação do rígido controle familiar, abrindo caminho para escolhas pessoais e modestas ascensões sociais. Como destaca Perrot (2012, p. 136), as mulheres “[...] conseguem modestas ascensões sociais, escapam a

uniões arranjadas para realizarem casamentos por amor. A cidade é o risco, a aventura, mas também a ampliação do destino. A salvação". Essas mudanças se intensificaram no século XIX: a escolarização para meninas avançou no final da década de 1880, e o ingresso das jovens na universidade ganhou força entre as duas guerras do século XX, especialmente a partir da década de 1950 (Perrot, 2012). O acesso ao saber permitiu o surgimento de um novo perfil feminino, distinto do modelo anterior e representado por algumas pioneiras, como a marquesa de Alorna, já mencionada neste texto (Godoy, 2018). O século XX, portanto, foi moldado a partir desse passado histórico significativo.

No contexto brasileiro, Mariana Coelho<sup>6</sup> se destaca como uma das protagonistas na disseminação de críticas à sociedade da época e à falta de direitos e acesso das mulheres. Em 1930, Coelho publicou a obra "A evolução do feminismo", na qual demonstra como o movimento se organizou e incita a necessidade de ampliá-lo. A autora aponta que a insatisfação feminina demorou a se manifestar como um anseio da sociedade brasileira devido à falta de instrução das meninas<sup>7</sup> (Coelho, 2002). Conforme já mencionado, a educação era controlada e voltada para grupos sociais específicos e quando as mulheres começaram a ter acesso a uma educação mais formal, os conteúdos ainda eram distintos daqueles destinados pelo público masculino.

Este tipo de ensino sofreu alterações ao longo do tempo, mas não resultou na adoção da educação para meninos e meninas até a década de 1950. A distinção de gênero permaneceu até a segunda metade do século XX. As mulheres latinas, por exemplo, recebiam educação a partir da compreensão de sua feminilidade, tendo sua formação com base em conhecimentos de administração do lar, educação dos filhos e atendimento às necessidades do marido (Coelho, 2002). Neste período, foi proposta às mulheres a indignação quanto a estas questões e, a partir desse sentimento nascente e crescente no universo feminino, foi estabelecendo a necessidade de "uma sã e apropriada educação da mulher moderna, para que

<sup>6</sup> Portuguesa de nascimento, veio para o Brasil em 1892, se fixando em Curitiba, Paraná. Já quanto aos registros de seu nascimento, diferentes dicionários biográficos indicam datas distintas, apontando os anos de 1857, 1858 e 1872. Mariana Coelho trabalhou como educadora, fundou e dirigiu o Colégio Santos Dumont, para o sexo feminino, e a Escola Profissional República Argentina, que dirigiu até aposentar-se. Ela faleceu em Curitiba em 1954. Como escritora, transitou pela poesia, livros de contos, estudos de história da literatura, e realizou traduções e artigos em periódicos. (Machado, 2003).

<sup>7</sup> Entendemos, assim, a importância da educação enquanto instituição social, responsável por preparar as pessoas para a vida. Além disso, observamos que as matérias publicadas pelo jornal "Nós Mulheres" se inseriam nesse formato de educação, com o objetivo de contribuir para a formação de um pensamento feminino crítico e reflexivo.

esta surja aos olhos dos pessimistas digna de ser respeitada, e não ridicularizada” (Coelho, 2002, p. 32).

A negligência das próprias mulheres às questões de gênero se resulta em séculos de educação superficial (Coelho, 2002). Diante destas questões, a sociedade brasileira do século XX proporcionou a grupos específicos de mulheres a compreensão de que a situação cotidiana vivida fora imposta para atender aos desejos de uma sociedade. Alternativas começaram a ser produzidas por meio de atos individuais, do aumento da busca pela escolarização, da luta e da voz do movimento. O desenvolvimento do feminismo no Brasil, apesar de suas particularidades, deve ser recebido como notório por ampliar os horizontes femininos e pela contribuição as ideias democráticas que se faziam presentes.

Com um pensamento voltado para a autonomia feminina, Mariana Coelho (2002) destaca como a organização do movimento feminista cresceu cada vez mais no Brasil. A guerra, tanto no Ocidente quanto no Oriente, no início do século XX, foi um marco para o despertar do sentimento feminista, que também alcançou terras brasileiras. O silêncio feminino na pesquisa e na história das mulheres reflete sua ausência na arena política, um espaço historicamente reservado aos homens. A história da ditadura militar, por exemplo, é uma história de homens, com as mulheres sendo tratadas como sujeitos invisíveis, excluídas do poder e do processo histórico (Colling, 2004). Por terem sido socialmente marginalizadas em diversas questões, ainda hoje, persistem resquícios dessa exclusão, que dificultam a inserção das mulheres em funções e papéis diversos. Essa exclusão, marcada tanto pela ausência nas narrativas quanto pela marginalização nos espaços de decisão, é também internalizada pelas próprias mulheres, como observa Colling (2004):

As mulheres desmerecem-se, atribuindo-se pouca importância, assumindo o discurso masculino, de que o lugar do poder no mundo político é reservado aos homens. A questão do consentimento é central no funcionamento de um sistema de poder, seja social ou sexual, devendo ser objeto de estudo a dominação masculina também como dominação simbólica, que supõe a adesão das próprias dominadas a categorias e sistemas que estabelecem a sujeição (Colling, 2004, p. 3).

A fala de Colling (2004) revela problemas reais vividos durante a ditadura militar, cujos resquícios ainda se refletem em situações de preconceito às mulheres muitas vezes perceptíveis até hoje. Infelizmente, essa desigualdade continua a ser vivida por muitas e propagada por outras, apesar dos inúmeros movimentos e ideais de igualdade defendidos por diversos grupos sociais.

Ao estudar essa temática, observamos que o movimento feminista teve suas raízes antes do século XX, embora tenha sido neste período que se consolidou de forma sistematizada. As primeiras manifestações do movimento são notadas no século XVIII, com a busca clara de alguns grupos femininos por maior notoriedade. Figuras históricas femininas propuseram novas perspectivas de vida, relacionadas à busca por independência e equidade, direitos que, na época, lhes eram negados. Somente no século XX, portanto, a luta feminista ganhou contornos mais definidos, com demandas insistentes e contínuas por igualdade.

### **A mulher brasileira e o movimento feminista: o florescer de uma consciência coletiva**

O Brasil viveu sob governos autoritários e controladores entre as décadas de 1960 e 1980, uma realidade inegável. Apesar desse contexto, o ideal feminista já começava a se fazer presente na sociedade. O feminismo ganhou força em um momento histórico em que outros movimentos também emergiam, denunciando opressões que iam além das questões econômicas. Ao analisar os jornais da época, percebemos que um dos marcos do movimento feminista brasileiro surgiu nas camadas médias, expandindo-se por meio de articulações com as camadas populares. Contudo, mesmo em um contexto revolucionário, o movimento ainda enfrentava limitações impostas ao gênero feminino.

Durante esse período, a direita via o feminismo como um movimento imoral, enquanto a esquerda associava-lhe uma conotação antifeminina (Sarti, 1998). De forma geral, o movimento feminista enfrentava a ditadura militar, a supremacia masculina, a violência sexual e buscava conquistar o direito ao prazer. Além disso, lutava pela redemocratização, pelos direitos de cidadania e pela igualdade. O foco dos nossos estudos está no surgimento de periódicos femininos no Brasil criados por mulheres e para mulheres. O objetivo é destacar o propósito dessas publicações, o público-alvo a que se destinavam e as formas com que produziram seu conteúdo, unindo feminismo, informação e formação.

O texto de Rosalina de Santa Cruz Leite (2003) aborda a história dos primeiros jornais nacionais dirigidos às mulheres e feitos por mulheres no período pós-1975: o “Brasil Mulher”<sup>8</sup> e o “Nós Mulheres”. Desenvolvidos pelo que se chamava, por uns, de imprensa democrática ou alternativa e, por outros,

<sup>8</sup> Criado em 1975, jornal dedicou-se a temas especialmente ligados às mulheres, como a jornada dupla de trabalho e o questionamento da estrutura patriarcal da sociedade. Veiculou entre os anos de 1975 e 1980 (Tamião, 2009).

de imprensa nanica, o jornal “Nós Mulheres”, publicado pela Associação de Mulheres, teve oito edições que circularam de 1976 a 1978. O fato de estarem vinculados a uma associação demonstra o teor temático: davam cobertura a assuntos não veiculados pela imprensa oficial, na época sob forte censura política. Essas mulheres as quais tomaram a iniciativa para a produção do jornal, eram feministas e, majoritariamente, de esquerda, muitas com passagem pela experiência da militância clandestina, da prisão, da tortura e do exílio (Leite, 2003).

Atualmente, parte do movimento feminista critica essa produção por ser oriunda de debates feministas vindos da França e Grã-Bretanha, denominados de feminismo da burguesia. As editoras e escritoras estudaram na Europa e foram influenciadas por eles, portanto, não refletiam os mesmos interesses do proletariado. “Este postularia uma feminilidade partilhada por todas as mulheres, mascarando assim as diferenças do estatuto econômico e político, e até os antagonismos que as separam” (Juteau, 2009, p. 91). Resultante deste meio, o movimento também expressa a dicotomia entre considerações, pensamentos e debates. Entendemos a possível polarização de ideias e conceitos passíveis nesta análise, mas apontamos o jornal “Nós Mulheres” como uma das possibilidades historiográficas ao estudo do movimento feminista no Brasil e como agente formativo do pensamento feminino.

O jornal “Nós Mulheres” foi desenvolvido por militantes exiladas que haviam estudado em Paris e, ao retornarem ao Brasil, priorizaram a criação de um periódico feminista de oposição política, com o objetivo de ser porta-voz das necessidades e anseios das mulheres. Embora não tivessem plena consciência de que seus discursos não abrangiam todas as mulheres, eram essas as suas crenças. Tanto o “Nós Mulheres” quanto o “Brasil Mulher”, outro periódico feminista da época, surgiram em um momento de relaxamento da censura à imprensa (Leite, 2003). No entanto, esse enfraquecimento da censura não representava a reabertura plena da democracia, pois o governo Geisel (1974-1979) continuou a utilizar instrumentos de exceção quando necessário (Leite, 2003). Mesmo diante desse ‘recado governamental’, as militantes não se intimidaram. Continuaram a se expressar, a se informar e também a informar outras mulheres, em um processo formativo que visava despertar consciências femininas sobre seus direitos, seus potenciais cognitivos e sua capacidade de ocupar espaços públicos, antes exclusivos aos homens. O jornal “Nós Mulheres” foi significativamente atuante no quesito evidenciar potenciais e capacidades do gênero feminino, em alertar

sobre a opressão vivida e sobre o cerceamento de direitos civis e políticos. Suas matérias primavam por instruir, — ultrapassando o mérito do informar, como veremos a seguir.

### O jornal “Nós Mulheres”, imprensa de mulheres para mulheres: a construção de um novo perfil feminino

Embora nossa proposta seja analisar o jornal “Nós Mulheres”, destacamos que um periódico de tamanha importância exigiria mais do que um único artigo para ser explorado. Assim, o que segue é uma leitura de caráter analítico; apresentando algumas considerações reflexivas. Apontamos para o surgimento de uma nova mulher, consciente de sua condição restrita, ciente de suas capacidades e ávida pela busca pela igualdade de direitos.

Quanto à metodologia de pesquisa, o jornal “Nós Mulheres” está disponível para acesso no site da Fundação Carlos Chagas<sup>9</sup>. Para elaborar os resultados apresentados neste trabalho, realizamos uma análise das oito edições publicadas, focando nas questões levantadas, nos anseios das mulheres e no contexto histórico, a partir da perspectiva das participantes do jornal. O periódico tinha um caráter informativo, como exemplificado na 5<sup>a</sup> edição, que trouxe uma seção sobre o que era a menstruação, além de tirinhas que faziam críticas e contavam histórias. Também informava as leitoras sobre o andamento dos movimentos sindicalistas, direitos trabalhistas e as dificuldades enfrentadas por aquelas que escreveram no jornal. Para este artigo, no entanto, focamos nas discussões presentes nas duas primeiras edições publicadas.

Em nossos estudos acerca do “Nós Mulheres”, observamos a existência de uma estrutura básica contendo seções de textos, reportagens - algumas das quais em formato de entrevistas - sempre organizadas de maneira a dialogar com a leitora. Utiliza-se uma linguagem simples, de modo a transmitir a sensação de uma conversa entre amigas próximas. Logo no editorial do ano de 1976, as produtoras expõem a ideia central do periódico e que norteia as demais seções: a necessidade de incentivar a luta por melhores condições e pela igualdade.

Queremos, portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurante a preços populares, para que possamos junto com os homens assumir as responsabilidades da sociedade. Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa em que moramos e os filhos que temos são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades caseiras e nossa luta por torná-las sociais. Mas não é só. NÓS MULHERES queremos junto com

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/> Acesso: em 12 fev. 2025.

os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E, por isto não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação (Nós Mulheres, n.1, 1976, p. 2)<sup>10</sup>.

Desde a primeira edição do periódico, as editoras compreenderam que a luta feminista transcende as denúncias e as discussões teóricas, devendo alcançar o cotidiano das mulheres. Um exemplo disso é a questão abordada no jornal sobre as mulheres que começam a trabalhar fora de casa para ajudar na renda familiar, mas enfrentam o desafio de deixar seus filhos sozinhos. Um grupo de mães do setor de Interlagos e sociedades de amigos em São Paulo relatou que, ao buscarem creches de período integral, receberam uma resposta desanimadora da prefeitura: "Até que um dia disseram que, se a gente mesma construísse e mantivesse funcionando por 3 anos, a prefeitura veria se aprovava a creche e daria uma ajuda" (Nós Mulheres, n.1, 1976, p. 3). Esse relato evidencia um dos principais obstáculos enfrentados pelas mulheres para ingressarem no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que marca o início de mobilizações femininas em busca de soluções para essas questões. A dificuldade enfrentada por essas mulheres revela a falta de apoio do poder público à autonomia feminina.

Seguindo a sequência, o periódico disponibiliza uma seção onde demonstra como a situação das mulheres e suas organizações pelo mundo acontecem, com atenção especial à América Latina. O jornal afirma que a Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina (CEPAL) realizou estudos sobre a participação da mulher latino-americana na vida social e econômica de seus países; concluindo que em cada classe social, a situação da mulher latino-americana é inferior a do homem, e que medidas tomadas para melhorias esta situação ainda não haviam acontecido mesmo no melhor dos cenários. Para o jornal, tudo isso foi resultante da busca governamental em agradar o eleitorado feminino do que resultado de reivindicações dos grupos organizados pelas mulheres (Nós Mulheres, n.1, 1976, p. 4).

Na coluna, intitulada “Daqui & Dali”, há um breve resumo das lutas das mulheres no mundo e suas conquistas. Também se percebem críticas de várias entrevistadas as mais diversas áreas econômicas, como o salário-mínimo. Entre

<sup>10</sup> As edições do jornal Nós Mulheres, utilizadas neste artigo, não possuem numeração de páginas. Contudo, para facilitar a localização das informações citadas e oferecer maior precisão ao leitor, optou-se por utilizar a numeração correspondente às páginas do arquivo em formato PDF disponibilizado pela Fundação Carlos Chagas.

os relatos, destaca-se a forma como essas críticas ganhavam voz por meio de declarações diretas das próprias mulheres:

Se comer hoje em dia anda muito difícil, o que dizer do cinema, passeios, futebol, enfim daquelas coisas às quais todos deviam ter direito, depois de uma semana de trabalho? Mas isso não entra no cálculo do salário mínimo: fazem parte do que se chama ‘supérfluo’, ou seja, desnecessário. Afinal, nunca se ouviu dizer que alguém morreu por falta de cinema ou futebol (*Nós Mulheres*, n.1, 1976, p. 4).

Essa fala sintetiza a crítica cotidiana de muitas mulheres, demonstrando como o jornal se tornava um canal de denúncia das desigualdades. Para algumas leitoras e colaboradoras, o periódico passou a representar um espaço de reivindicação política — diante da exclusão dos circuitos tradicionais de poder, foi nele que encontraram possibilidades para articular ideias e expressar críticas de natureza econômica e social.

Em uma nova seção, com o título "Direitos da mulher", surge informações pertinentes às novas ingressantes no mercado de trabalho tais como a cobrança por salários iguais. Explicam que tornar-se gestante ou se casar não eram justificativas para demitir alguém, por exemplo. Apesar de diversas informações chegarem ao campo popular, nem todas tinham o alcance preciso. Foi a falta dessa amplitude e contato com outras mulheres que se moveram as organizadoras do jornal a requisitar na seção "Carta ao Leitor" que todos tivessem interesse na organização e produção do periódico, divulgassesem o jornal nas reuniões familiares, nos rádios.

O objetivo era alcançar e legitimar as lutas de todas as mulheres, mostrando que elas precisavam ocupar espaços para contribuir na transformação dessa realidade. Para isso, era essencial que as mulheres se unissem, evidenciassem seu potencial e, principalmente, tivessem acesso à informação. Contudo, não se tratava apenas de acesso, mas de refletir sobre essa informação e sobre a realidade vivida, considerando as possibilidades de mudança. A informação deveria ser uma ferramenta de instrução, estimulando o pensamento sobre alternativas e caminhos, e demonstrando a capacidade das mulheres. Assim, tanto as matérias publicadas no jornal quanto a linguagem utilizada se configuravam como princípios educativos<sup>11</sup>, com o objetivo de colaborar para a transformação do pensamento feminino e despertar uma consciência mais visível sobre as temáticas abordadas.

Na mesma edição, em outra página intitulada "Nós mulheres: OPERÁRIAS" (1976, p. 9), são apresentados depoimentos de mulheres. A cada edição, um novo

<sup>11</sup> Princípios educativos são aqui considerados, de acordo com Godoy (2018, p.12) como o "[...] conjunto de diretrizes, valores e ideias que fundamentariam o processo formativo/educação do indivíduo, nesse caso, das mulheres, possibilitando, a elas, um despertar das suas capacidades e potencialidades".

relato é publicado, abordando uma temática diferente. Por meio dessas histórias e memórias, os sentimentos das participantes transparecem. As dificuldades e percalços enfrentados por elas muitas vezes se manifestam de forma irônica nos relatos.

Os homens acham que as mulheres têm que ganhar menos, podem ganhar menos. Eu não sei se é porque nós comemos menos, geralmente a gente faz regime, né? Deve ser mais ou menos isso, porque eu não sei de onde tiraram esta ideia que a mulher deve ganhar menos. Nós pagamos a mesma condução, o arroz que comemos é o mesmo preço do dos maridos e a carne é a mesma coisa, mas não sei por que temos que ganhar menos do que eles francamente. Vai ver que é por causa do regime, no meu caso. Agora, os outros que é magro, eu não sei. Nós precisamos fazer alguma coisa, né? Agora, eu não estou muito animada porque o pessoal está difícil, mulher está difícil, eu não sei o que elas estão pensando. A maioria entende errado este movimento feminista. A maioria entende que o movimento feminino é gostar de outra mulher. Então tá todo mundo indo pra trás (Nós Mulheres, n.1, 1976, p. 9).

Como podemos perceber nesse relato, embora ainda não haja uma uniformidade de ideias por parte de todas as mulheres sobre os propósitos do movimento feminista e, provavelmente, também sobre os objetivos das matérias do jornal, algumas, como a mulher que narra este relato, começam a mudar a forma como se veem. Elas começam a reconhecer que são iguais aos homens, com as mesmas necessidades e custos de vida, e criticam o fato de que os homens não compreendem isso. Demonstram a necessidade de buscar conhecimento sobre a realidade e os movimentos sociais, incluindo o feminismo, para entender que lutar por espaço na sociedade e pela garantia de oportunidades iguais não tem relação com ‘gostar de outra mulher’. Esse é um exemplo da mudança no pensamento feminino e da construção de um perfil mais consciente.

A falta de representatividade feminina nos campos de atuação das fábricas têxteis também foi alvo de críticas no jornal “Nós Mulheres”, especialmente considerando que a mão de obra feminina, mais barata e rendosa, era amplamente utilizada em todo o país. Os patrões insistiam em colocar apenas homens na função de gerentes, o que foi percebido pelas mulheres brasileiras como uma desvalorização do seu esforço contínuo, muitas vezes mal recompensado.

Ainda na seção “Nós mulheres: OPERÁRIAS”, as editoras do jornal afirmaram que apesar de suas capacidades, não as colocavam em cargo de gerência porque chefe era intrinsecamente ligado à figura masculina. Nesta ânsia de uma valorização precisavam ainda lidar com trabalhadoras que acordavam em delatar qualquer forma de descaso ou motim que pudesse vir a ocorrer. “Na têxtil Mococa tinha as vigias que ficavam marcando no relógio quantos minutos você ficava no banheiro” (Nós Mulheres, n.1, 1976, p. 10). O perfil feminista do

periódico acreditava na força da mulher, seja emocional ou física como fator de emancipação social. Essas adversidades apresentadas condizentes à postura do controle masculino deslegitimavam a luta árdua e diária que propunham fazer. Mas, ao mesmo tempo, denunciava o nascente entendimento de que esse posicionamento feminino estava equivocado, que elas não precisavam disso para se manter empregadas. Precisavam mostrar sua capacidade para ocupar postos de gerência, outra tentativa, aos nossos olhos, de educar as mulheres do período, no sentido de educar sua forma de pensar, se valorizando e buscando ocupar seu tempo nas fábricas com o exercício do saber e não com o controle da outra.

Michelle Perrot (2012), aponta que a sociedade brasileira no século XX visualizava a mulher como intelectualmente distinta do homem e, por isso, incapaz de realizar certas ações.

Recusam-se as mulheres as qualidades de abstração (as ciências matemáticas lhes seriam particularmente inacessíveis), de invenção, de síntese. Reconhecem para elas outras qualidades: intuição, sensibilidade, paciência. Elas são inspiradoras, e mesmo mediadoras do além. Mídiuns, musas, ajudantes preciosas, copistas, secretárias, tradutoras, intérpretes. Nada mais (Perrot, 2012, p. 97).

A seção "Fotonovela", disponibilizava imagens sem uma ordem específica. A leitora deveria ordenar do modo que preferisse, criando uma sequência, diálogos e legendas para as fotos.

Sandra Adams fotografou para o EX as operárias que inventaram essa fotonovela. Nós misturamos as fotos, e a sequência pode ser recriada, conforme o enrredo que você inventar. 1. Ordene as fotos da forma que você preferir; 2. Escreva legendas e diálogos para cada uma delas, identificando cada quadro com as letras correspondentes [sic] 3. Mandenos a fotonovela que você criar, juntando seu nome e endereço 4. Publicaremos a história mais original (Nós Mulheres, n.1, 1976, p. 13).

Na primeira edição, a página é preenchida com nove fotos - uma mulher negra com rosto apreensivo e na sequência esta mesma mulher sentada numa sala de escritório de um rapaz, depois este indo na casa da mulher e entregando algo a ela; na próxima foto há uma mulher mais velha e com uniforme de empregada doméstica, também negra, repreendendo a moça por algo, há outra imagem com o rapaz em seu escritório sentado lendo jornal. A penúltima foto, aparecia um rapaz abraçando a mulher e, por último, a mesma vestida com uniforme e realizando algum trabalho (Nós Mulheres, n.1, 1976, p. 13)<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> Optamos por não incluir a página da fotonovela devido à perda de qualidade da imagem na publicação do artigo, o que comprometeria a visualização. Para acessar as fotos em melhor qualidade, sugerimos que o leitor acesse o link abaixo. A fotonovela pode ser encontrada na página 13 do pdf disponibilizado pela Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/arquivos/NosMulheresn1.pdf> Acesso em: 12 fev. 2025.

Essa seção que foi organizada com fotos de pessoas reais, e não desenhos, fornece a possibilidade de haver diálogo e ao mesmo tempo confronto com as próprias inseguranças femininas. O que nos chamou a atenção foi a imagem em que, a partir de nossa visão, a mãe repreende a filha por buscar um emprego e ter sua independência. A realidade abria brechas a situações como estas nas quais as próprias mulheres impediam outras da busca por empregos e sua autossuficiência. Situação essa herdada por anos de misoginia que precisava ser abandonada pelo bem das novas gerações e para a melhoria do futuro das mulheres. Aqui notamos, mais uma vez, a intenção educativa do jornal, mostrando às mulheres que, independentemente do que se dissesse, elas precisavam acreditar em seu potencial e lutar por seus objetivos e por sua autonomia. O que reconhecemos, como princípios educativos.

Nas últimas seções de cada edição, o jornal destinava uma lauda para a manifestação de leitoras e leitores, que escreviam sobre temas relacionados à condição feminina. As edições publicavam essas contribuições seguidas de respostas da redação, estabelecendo um diálogo entre o periódico e seu público. Embora a ênfase principal estivesse na voz das próprias mulheres brasileiras diante das dificuldades que enfrentavam, o jornal também apresentava seções informativas, com notícias e relatos sobre eventos ligados à luta feminista.

Na segunda edição, também de 1976, as editoras do jornal criam uma seção intitulada "Eleições Municipais", a qual destacam a importância de conhecer a política institucional e saber escolher os candidatos quando fossem votar. Também disponibilizam às leitoras, orientações sobre o funcionamento da política brasileira durante a ditadura militar e suas demais organizações. Dentro disso, cobram veementemente a participação da população, pois a ausência dos mesmos na solução dos problemas cria dificuldades essencialmente para a classe trabalhadora (Nós Mulheres, n. 2, 1976, p. 3).

A produção exclusiva de história em quadrinhos foi característica importante do jornal “Nós Mulheres”. A história em quadrinhos com a personagem Bia Sabiá, também produzida por uma mulher, demonstra em poucos quadrinhos a realidade das mulheres daquele período. Bia Sabiá é um pássaro fêmea que possui um marido pássaro e dois filhos, que exigem dela total atenção para todos os assuntos familiares possíveis.

No segundo volume, a história em quadrinhos traz a família se organizando para um passeio. Para isso, a mãe prepara as roupas do marido, os lanches do passeio, dá banho em seus filhos. Quando finalmente vai se arrumar, o esposo de Bia

reclama que ela está sempre atrasando as saídas de seus passeios (*Nós Mulheres*, n. 2, 1976, p. 3). Nessa seção, encontramos diversas críticas ao posicionamento familiar e como isso sufocava a vida da mulher e sua individualidade.

Percebemos que o segundo volume do jornal “*Nós Mulheres*” não seguiu tendo as mesmas seções, foram alteradas de acordo com os assuntos que as editoras concordavam serem mais relevantes naquele momento. E, nessa edição, houve várias entrevistas com mulheres operárias, há notícias sobre a política no Brasil e em outros países, como o fato de mencionarem a morte de Mao Tsé-Tung, aos 82 anos de idade (*Nós Mulheres*, n. 2, 1976, p. 4).

Demonstra-se a cada página um grupo militante bastante decidido e focado na transmissão do ideal feminista às mulheres brasileiras. Ao fornecerem esse canal de comunicação, possibilitaram um processo de busca por igualdades de direitos. As cartas enviadas pelos leitores mostravam essa abordagem, quando o alcance do jornal acabava por chegar em outros Estados, além de São Paulo e Rio de Janeiro. Pelo fato das editoras feministas do “*Nós Mulheres*” estarem sob posição privilegiada em relação à mulher brasileira comum, se utilizavam dessa posição, para fornecerem às organizações populares femininas, a oportunidade de reivindicarem direitos e terem uma acolhida ao movimento. Nesse espaço de representação, favoreceram o diálogo com a militância e diversas questões que as incomodavam tais como se dava o convívio familiar, a intimidade e as relações de poder entre homens e mulheres.

## Considerações finais

Este texto buscou fornecer ao leitor um panorama sobre a história das mulheres na historiografia, destacando a realidade silenciosa que elas vivenciaram na pesquisa acadêmica. Além disso, analisamos o contexto histórico brasileiro na segunda metade do século XX e como ele influenciou as ações feministas no país.

A partir do estudo do jornal “*Nós Mulheres*”, foi possível perceber a visão de grupos de mulheres sobre a realidade do período, sobre o tratamento dispensado ao gênero feminino. Embora as mulheres, assim como todos os brasileiros, vivessem sob uma repressão constante durante a ditadura militar, muitas encontraram meios para se expor. Para isso, utilizaram-se do movimento feminista, que ganhava força, e a possibilidade da imprensa para divulgar princípios que contribuíam para a formação de um novo pensamento feminino.

A força das mulheres cresceu impulsionada pela luta contra a repressão política e busca por direitos.

O jornal “Nós Mulheres” exemplifica essa realidade: apesar de sua publicação clandestina, não há dúvidas de que atingiu um público considerável, como evidenciado pelas cartas recebidas pelas editoras. O jornal foi um meio de acesso às informações sobre o feminismo, abordando desde questões relacionadas ao processo eleitoral e à função de cada legislador até histórias em quadrinhos com humor simples, mas crítico.

O cerne dos movimentos feministas brasileiros pode ser localizado na década de 1970, período em que as mulheres passaram a conquistar e reivindicar espaços historicamente negados. O jornal “Nós Mulheres” surgiu nesse contexto, refletindo uma luta feminina inserida em um panorama político mais amplo e atuando como uma ferramenta relevante de instrução e formação. Os movimentos feministas do século XXI podem ser compreendidos como desdobramentos desse processo histórico, resultado tanto das transformações políticas do século XX quanto da atuação de periódicos como o “Nós Mulheres”, que contribuíram para a difusão dessas ideias.

O atual cenário social é fruto das contribuições de diversas mulheres ao longo da história. Embora ainda persistam desafios relacionados à equidade de gênero, avanços significativos foram conquistados, possibilitando a produção de reflexões como as apresentadas neste estudo. As lutas femininas contemporâneas se manifestam em diferentes esferas da sociedade — no ambiente de trabalho, na vida familiar e no campo acadêmico — e seguem pautadas por desafios históricos e demandas atuais. O reconhecimento das vozes silenciadas no passado destaca a importância de manter o debate ativo, promovendo a igualdade de direitos e a valorização da diversidade de experiências femininas. A pesquisa histórica evidencia que essas lutas são contínuas e se renovam conforme os contextos sociais e políticos se transformam.

## Referências

- COELHO, M. **A evolução do feminismo:** subsídios para a sua história. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.
- COLLING, A. M. **As mulheres e a ditadura militar.** História em Revista, v. 10, 2004.
- CORBIN, A. Bastidores. In: Michelle Perrot (org.). **História da vida privada.** Volume 4 – da revolução a grande guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. In: GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GODOY, G. A. V. de. **Princípios educativos para mulheres dos séculos XVIII e XIX**: contribuições da Marquesa de Alorna. Tese (doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação - PPE. Universidade Estadual de Maringá, 2018.

JUTEAU, D. Etnicidade e Nação. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KARNAL, L. TATSCH, F. G. A memória evanescente. In: PINSKY, C B LUCA, T R de (orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEITE, R. de S.C. Brasil Mulher e Nós Mulheres: Origens da Imprensa feminista brasileira. **Estudos feministas**, Florianópolis, vol. 11 (1): 336, jan-jun/2003.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C.B. (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, R. M. A evolução do feminismo: subsídios para sua história. Origens da Imprensa feminista brasileira. **Estudos feministas**, Florianópolis, vol. 11 (1): jan-jun/2003.

MOTA, A. B. Mulheres Velhas: Elas começam a aparecer. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

**NÓS MULHERES**. São Paulo: Associação de Mulheres, n. 1, jun. 1976. Editorial.

**NÓS MULHERES**. São Paulo: Associação de Mulheres, n. 2, set./out. 1976. Editorial.

PERROT, M. História (Sexualização da). In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PROST, A. **Como a História faz o Historiador?** Anos 90. Porto Alegre, n 14, dez., 2000.

SARTI, C. A. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. **XXI Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association)**, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, p. 12, set. 1998. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>. Acesso: em 10 jan. 2018.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12 (2):264, maio-agosto/2004.

TAMIÃO, J. S. **Escritos feministas**: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988). Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação do Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2009.

**VAQUINHAS, I. M. "Senhoras e mulheres" na sociedade portuguesa do século XIX.** 2 ed. Lisboa: Fernando Mão de Ferro, 2011.